

PROVIMENTO Nº 115

O CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, de acordo com o art. 23 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, resolve

O R G A N I Z A R o seguinte programa dos pontos para o Concurso de Juiz Federal Substituto, determinando sua divulgação:

DIREITO CONSTITUCIONAL

PONTO I

a) Constituição: evolução do conceito, tipos, **objetos**. Poder Constituinte.

b) Mandado de Segurança.

c) Supremo Tribunal Federal.

PONTO II

a) Atos Institucionais e Complementares.

b) Direito de propriedade. Desapropriação.

c) Tribunal Federal de Recursos.

PONTO III

a) República e Federação. Sistema brasileiro.

b) **Habeas-corpus**

c) Justiça do Trabalho: organização e competência.

PONTO IV

a) Regime representativo.

b) Direito de associação e de reunião.

c) Justiça Eleitoral: organização e competência

PONTO V

- a) Congresso Nacional.
- b) Nacionalidade e direitos políticos.
- c) Justiça Militar: organização e competência.

PONTO VI

- a) Presidente da República
- b) Declaração de direitos sociais.
- c) Tribunal de Contas.

PONTO VII

- a) Ministros de Estado.
- b) Emendas à Constituição.
- c) Justiça Federal de Primeira Instância: organização, competência e histórico no Brasil.

PONTO VIII

- a) Estados - membros na Constituição vigente.
- b) Princípio de isonomia.
- c) Magistratura: garantias e proibições.

PONTO IX

- a) Distrito Federal.
- b) Princípios constitucionais relativos à função pública.
- c) Mandato político: Prerrogativas e impedimentos.

PONTO X

- a) Autonomia municipal e intervenção nos municípios.

- b) Delegação de poderes e de atribuições.
- c) Partidos políticos.

PONTO XI

- a) Poder regulamentar.
- b) Aquisição e perda da nacionalidade.
- c) Controle da constitucionalidade das leis.

PONTO XII

- a) Câmara dos Deputados.
- b) Exploração de atividade econômica pelo Estado.
- c) Ministério Público da União.

PONTO XIII

- a) Forças Armadas.
- b) Partição da competência tributária.
- c) Regimento Interno dos Tribunais.

PONTO XIV

- a) Segurança Nacional.
- b) Inelegibilidades.
- c) Suspensão de direitos políticos.

PONTO XV

- a) Leis Complementares a Constituição.
- b) Estado de Sítio.
- c) Recursos minerais e de energia hidráulica.

PONTO XVI

- a) Decretos-leis e Leis Delegadas.
- b) Naturalização.
- c) Responsabilidade do Presidente da República.

PONTO XVII

- a) Fiscalização financeira e orçamentária.
- b) Princípios e normas constitucionais que presidem a legislação do ensino.
- c) Terras dos índios.

PONTO XVIII

- a) Imunidade Tributária.
- b) Iniciativa das leis.
- c) Organização sindical.

PONTO XIX

- a) Senado Federal.
- b) Princípio da legalidade e princípio de reserva ao Poder Judiciário da apreciação de lesão a direito individual.
- c) Bens da União e dos Estados.

PONTO XX

- a) Vice-Presidente da República.
- b) Processo Legislativo.
- c) Ação popular e direito de petição.

DIREITO CIVIL

PONTO I

- a) Interpretação das leis.
- b) Responsabilidade civil extracontratual.
- c) Atos jurídicos: conceito e validade.

PONTO II

- a) Princípios fundamentais sobre pessoas jurídicas.
- b) Modalidade dos atos jurídicos.
- c) Compra e venda.

PONTO III

- a) Nulidade dos atos jurídicos.
- b) Modos de adquirir os direitos reais.
- c) Teoria da imprevisão.

PONTO IV

- a) Prova dos atos jurídicos.
- b) Propriedade imobiliária.
- c) **Pátrio** poder.

PONTO V

- a) Defeitos dos atos jurídicos.
- b) Condomínio.
- c) Dissolução da sociedade conjugal.

PONTO VI

- a) Decadência e prescrição.
- b) Direitos reais de garantia.
- c) Empreitada.

PONTO VII

- a) Modalidades das Obrigações.
- b) Herança jacente.
- c) Tutela.

PONTO VIII

- a) Efeitos das Obrigações.
- b) Usucapião.
- c) Herdeiros necessários e direito de representação.

PONTO IX

- a) Locação de coisas.
- b) Direitos de vizinhança
- c) Fideicomisso e usufruto.

PONTO X

- a) Contrato de seguro.
- b) Posse.
- c) Curatela.

PONTO XI

- a) Empréstimo.
- b) Hipoteca.

- c) Alimentos.

PONTO XII

- a) Depósito.
- b) Aplicação das leis no tempo.
- c) Bens móveis.

PONTO XIII

- a) Mandato.
- b) Aplicação das leis no espaço.
- c) Responsabilidade civil de natureza contratual.

PONTO XIV

- a) Contrato de promessa de compra e venda de imóveis.
- b) Enfitese.
- c) Ausência.

PONTO XV

- a) Bens e sua classificação.
- b) Obrigações resultantes de atos ilícitos.
- c) Capacidade para fazer testamento e capacidade para adquirir por testamento.

PONTO XVI

- a) Domicílio e residência.
- b) Cláusula penal.
- c) Anulabilidade do ato jurídico por erro.

PONTO XVII

- a) Fiança
- b) Compensação.
- c) Anulabilidade do ato jurídico por coação e simulação.

PONTO XVIII

- a) Correção monetária do valor das obrigações no direito privado.
- b) Prescrição quinquenal em favor da Fazenda Pública.
- c) Condição suspensiva e condição resolutiva.

PONTO XIX

- a) Bens públicos.
- b) Anulabilidade dos atos jurídicos por dolo.
- c) Cessão de direitos.

PONTO XX

- a) Conseqüências jurídicas que podem decorrer da situação de concubinato.
- b) Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada.
- c) Teoria das dívidas de valor.

DIREITO COMERCIAL E DIREITO MARÍTIMO

- 1 - Teoria Geral dos Atos de Comércio - Endosso e Aval - Reivindicação Falimentar.
- 2 - Condição Jurídica do Comerciante - Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada - Penhor e Hipoteca do Navio.

3 - Empresas comerciais - Nota Promissória - Incorporação de Imóveis

4 - Fundo de Comércio - Compra e Venda - Risco do Mar - Usos Comerciais.

5 - Mandato e Representação Comercial - Avarias - Prescrição e Caducidade no Direito Comercial.

6 - Comissão Mercantil - Cheque - Contrato de Fretamento.

7 - Conhecimento de Depósito e Warrant - Declaração de Falência - Capitão e Armador de Navio.

8 - Bancos e Operações Bancárias - Sindicância Falimentar - Responsabilidade Civil e Penal dos Diretores das Sociedades por Ação.

9 - Sociedades Anônimas: Constituição Organização, Administração e Liquidação - Letra de Câmbio - Concordata Preventiva.

10 - Unidade e Universalidade da Falência - Transformação, Incorporação e Fusão das Sociedades - Duplicata.

11 - Propriedade Industrial - Ação Revocatória Falimentar - Formação e Prova do Contrato de Seguro Marítimo.

12 - Sociedades de Economia Mista - Corretagem - Letras Hipotecárias

13 - Concordata Suspensiva - Direitos e Obrigações Resultantes do Contrato de Seguro Marítimo - Alienação Fiduciária.

14 - Navegação Marítima e Liberdade dos Mares - Operação "Del Credere" - Impugnação de Créditos na Falência.

15 - Sociedades Comerciais em Nome Coletivo, em Concordata, em Conta de Participação e de Capital e Indústria - Navios e Embarcações - Debêntures.

16 - Regras de Direito Internacional Falimentar - Transporte de Mercadorias por Mar - Armazéns Gerais.

17 - Cláusula CIF, FOB, FAS - Noção de Credor na Massa Falida - Penhor Mercantil.

18 - Obrigações Comerciais - Carta Partida e Conhecimentos - Ações Nominativas e Preferenciais.

19 - Seguro Marítimo e Aéreo - Pagamento da Indenização, época - Abandono Sub-rogação ou Assecuratório - Efeitos do Pagamento da Indenização - Sub-rogação

20 - Transporte Aéreo - O Comandante da Aeronave como Representante e Preposto do Armador, como Depositário da Carga - Responsabilidade do Explorador da Aeronave, Idem, do Transportador - Irresponsabilidade e Garantias da Responsabilidade

DIREITO PENAL

1 - Direito de Punir - Direito Penal - Fontes, Interpretação e Limites (Tempo, Espaço, Pessoa) do Direito Penal. Infração Penal: Crime, Contravenção. Elementos do Crime. Conduta e Resultado: Relação de Causalidade Material - Pressuposto do Crime e Condições de Punibilidade - Objeto Material e Objeto Jurídico.

2 - Causas Objetivas e Exclusão do Crime. Legítima Defesa, Estado de Necessidade, Estrito Cumprimento do Dever Legal e Exercício Regular de Direito.

3 - Causalidade Psíquica Dolo, Preterdolo e Culpa. Responsabilidade Objetiva. Elemento Subjetivo das Contravenções.

4 - Causas Subjetivas de Exclusão do crime: Erro, Coação Irresistível, Obediência Hierárquica. Inexigibilidade de Outra Conduta.

5 - Sujeito Ativo da Infração Penal Capacidade, Imputabilidade e Responsabilidade. "Actio Libera in Causa". Periculosidade.

6 - Crime Imperfeito. Tentativa e Consumação. Arrependimento e Desistência. Tentativa Impossível.

7 - Infração Circunstanciada. O Título do Crime Formas Qualificadas. Agravação e Atenuação. Causas Especiais de Aumento ou Diminuição da Pena

8 - Unidade e Pluralidade de infrações Progressão e Complexidade. Concurso Aparente. Concurso Real. Continuidade

9 - Pluralidade Subjetiva. Concorrência Frustrada

10 - Ação Penal. Extinção da Punibilidade. Sistema de Penas Aplicação e Execução. Medidas de Segurança Aplicação e Execução

11 - Crimes Contra a Pessoa

12 - Crimes Contra o Patrimônio.

13 - Crimes Contra a Propriedade Imaterial e a Organização do Trabalho.

14 - Crimes Contra os Sentimentos Religiosos e Contra o Respeito aos Mortos.

15 - Crimes Contra os Costumes e Contra a Família.

16 - Crimes Contra a Incolumidade Pública

17 - Crimes Contra a Paz Pública e Contra a Fé Pública.

18 - Crimes Contra a Administração Pública

19 - Contravenções.

20 - Crimes Contra a Ordem Política e Social, Crimes Contra a Economia Popular, Crimes de Imprensa, Crimes Falimentares, Crimes Eleitorais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

PONTO I

a) Direito Administrativo: noção domínio.

b) Bens dominicais.

c) Poder de Polícia.

PONTO II

a) Relação de Administração: noção, Distinção entre relação de administração e relação de direito subjetivo.

- b) Controle da legalidade do ato administrativo.
- c) Empresas públicas

PONTO III

- a) Atos administrativos noção e classificação
- b) Aplicação das leis administrativas no tempo e no espaço
- c) Autarquias.

PONTO IV

- a) Validade dos atos administrativos.
- b) Regime disciplinar do funcionário público
- c) Administração indireta da União

PONTO V

- a) Fontes do Direito Administrativo.
- b) Contrato no Direito Administrativo.
- c) Sociedade de economia mista

PONTO VI

- a) Nulidade dos atos administrativos.
- b) Processo administrativo e sua revisão.
- c) Trabalho eventual na administração pública.

PONTO VII

- a) Revogação dos atos administrativos.
- b) Prisão administrativa e suspensão preventiva do servidor público.
- c) Atividade financeira do Estado e seu controle.

PONTO VII

- a) Interpretação da lei no Direito Administrativo.
- b) Descentralização administrativa.
- c) Pessoas jurídicas de direito público e pessoas administrativas.

PONTO IX

- a) Relações do Direito Administrativo com o Direito Civil.
- b) Empresas concessionárias de serviço público.
- c) Vencimentos e vantagens do funcionário público.

PONTO X

- a) Terras devolutas da União e dos Estados-membros
- b) Relação de emprego público.
- c) Distinção entre as funções administrativas e judiciais.

PONTO XI

- a) Anulação dos atos administrativos
- b) Acumulação de cargos públicos.
- c) Relação de hierarquia.

PONTO XII

- a) Limites a revisão dos atos administrativos
- b) Desapropriação por utilidade pública.
- c) Controle das entidades da Administração Indireta

PONTO XIII

- a) Justiça administrativa;

- b) Servidões administrativas;
- c) A teoria do risco e a responsabilidade da Administração.

PONTO XIV

- a) Das licitações: concorrência, tomada de preços e convite.
- b) Desapropriação por interesse social.
- c) Provimento e vacância dos cargos públicos.

PONTO XV

- a) Fiscalização dos serviços públicos concedidos e fixação de tarifas.
- b) Aposentadoria do funcionário público.
- c) Sanções administrativas.

PONTO XVI

- a) Administração Pública: Conceito. Distinção entre as noções de "Administração" e "propriedade". O problema da finalidade na Administração Pública.
- b) Vencimentos e vantagens dos servidores militares.
- c) Regime jurídico das jazidas e minas.

PONTO XVII

- a) Bens do patrimônio administrativo.
- b) Responsabilidade do funcionário público.
- c) Regime jurídico do ensino superior.

PONTO XVIII

- a) Fundações de Direito Público.
- b) Terrenos de Marinha.

c) Do regime das penalidades aplicáveis ao funcionário público.

PONTO XIX

a) Obras públicas e seu regime jurídico.

b) Organização Administrativa do Distrito Federal.

c) Atos administrativos vinculados e atos administrativos dos funcionários.

PONTO XX

a) Aforamento de bens públicos

b) Encampação e reversão no que concerne aos serviços públicos concedidos.

c) Concurso público e seu regime jurídico para o provimento dos cargos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

I - a) Jurisdição e competência

b) Partes e Procuradores - Substituição das partes e procuradores

c) Agravo de Instrumento

II - a) Ações: Condições de exercício e classificação

b) Exibição de coisas e documentos

c) Apelação

III - a) Nulidades

b) Mandado de Segurança

c) Embargos infringentes

IV - a) Citação, Notificação e Intimação

- b) Ação Renovatória
- c) Uniformização de Jurisprudência

- V - a) Prova documental
- b) Despejo
- c) Execuções contra a Fazenda Pública (por quantia certa)

- VI - a) Das providências preliminares e do julgamento conforme o estado do processo
- b) Ações possessórias
- c) Ação Rescisória

- VII - a) Exceções
- b) Prova; objeto e Ônus
- c) Execução; suspensão e extinção

- VIII - a) Reconvenção
- b) Ações de divisão e demarcação
- c) Normas gerais sobre execução

- IX - a) Litisconsórcio e assistência
- b) Prova pericial
- c) Liquidação de sentença

- X - a) Intervenção de terceiros
- b) Prova; momentos da prova, prova emprestada e antecipação da prova
- c) Execução por quantia certa, normas gerais e pagamento ao credor

- XI - a) Conflito de competência
- b) Confissão e depoimento pessoal
- c) Penhora

- XII - a) Prazos judiciais
- b) Prova testemunhal

c) Avaliação e Arrematação

XIII - a) O Juiz

b) Opção de Nacionalidade e Naturalização

c) Adjudicação e Remição

XIV - a) O Ministério Público no processo civil

b) Medidas cautelares (normas gerais) - Arresto e sequestro

c) Execução para a entrega de coisa

XV - a) Petição inicial

b) Embargos de terceiro

c) Execução das obrigações de fazer e de não fazer

XVI - a) Procedimento sumaríssimo

b) Atentado

c) Ação popular

XVII - a) Substituição processual

b) Ação declaratória e ação declaratória incidental

c) Precatórias e rogatórias

XVIII - a) Sentença

b) Juízo arbitral

c) Execução por quantia certa contra devedor insolvente

XIX - a) Coisa julgada

b) Embargos do devedor

c) Usucapião

XX - a) Contestação e Revelia

b) Ações relativas a alienação fiduciária

c) Desapropriação

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- 1) Ação Penal Pública - Processo Comum (Júri) - Insanidade Mental do Acusado
- 2) Ação Penal Privada - Processo Comum (Juiz Singular) - Medidas Assecuratórias
- 3) Jurisdição e Competência - Processo Sumário - Incidente de Falsidade.
- 4) Inquérito Policial - Processos Especiais - Busca e Apreensão.
- 5) Exceções - Processos de Competência Originária de Tribunais Superiores - Restituição das Coisas Apreendidas
- 6) Questões Prejudiciais - Processos por Crimes Praticados Através da Imprensa ou da Radiodifusão - Graça Indulto e a Anistia.
- 7) Conflito de Jurisdição - Recursos em Geral - Da Desclassificação do Delito.
- 8) Prisão em Flagrante - Recurso em sentido Estrito - Reabilitação.
- 9) Prisão Preventiva - Apelação - Livramento Condicional
- 10) Liberdade Provisória e Fiança - Protestos por Novo Júri - Suspensão da Condenação.
- 11) Citação e Intimação - Revisão Criminal - Da Aplicação Provisória de Interdições de Direito e Medidas de Segurança
- 12) O Juiz - Carta Testemunhável - Da Execução das Penas Privativas de Liberdade.
- 13) O Ministério Público - Prova Documental - Da Execução das Penas Pecuniárias.
- 14) O acusado e seu Defensor - Prova Testemunhal - Da Execução das Medidas de Segurança.
- 15) O Assistente - Reconhecimento e Acareação - Rogatórias
- 16) Prova Penal: Objeto, Ônus e Meio - Interrogatório - Das Perguntas ao Ofendido.

17) Sentença: Natureza. Forma e Eficácia - Do Exame de Corpo de Delito e das Perícias - Da Prisão Administrativa.

18) Nulidades - Dos Indícios Da Restauração de autos.

19) Habeas-Corpus - Embargos - Da Apresentação Espontânea do Acusado.

20) Da Ação Civil em suas Relações com a Penal - Confissão - Da Aplicação e Interpretação da Lei Processual

DIREITO FISCAL

1) Sistema Tributário Nacional.

2) Obrigação Tributária. Responsabilidade Tributária Substituição Legal Tributária Solidariedade Responsabilidade por sucessão: Responsabilidade de Terceiros

3) Limites Interiores e Exteriores a Tributação Imunidade Isenção Incidência e não incidência.

4) Nascimento da Obrigação Tributária. Hipótese de Incidência. Fato Imponível. Incidência Instantânea e Periódica. Fixação do "Quantum" do Débito Tributário. Critérios Base Imponível. Aplicação da Alíquota.

5) A Extinção da Obrigação A Compensação (Art. 170 do Código Tributário Nacional). A Transação (Art. 171). A Remissão (Art. 172). Condições.

6) Repetição do Indébito. Regras do Código Tributário Nacional.

7) Tributos, Classificação e Espécies. Vinculação de Tributos. Contribuições Especiais.

8) Imposto de Renda. Princípios Gerais, de acordo com a Legislação Vigente.

9) Imposto de Importação. Princípios Gerais, de acordo com a Legislação Vigente.

10) Imposto sobre Produtos Industrializados. Princípios Gerais de Acordo com a Legislação Vigente.

11) Impostos sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro e Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários e Sobre Serviços de Comunicações e Transportes Princípios Gerais, de acordo com a Legislação Vigente.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

PONTO I

- a) Fontes do Direito Internacional Público.
- b) Direito de Expulsão
- c) Arbitragem.

PONTO II

- a) Tratado: noção e requisitos essenciais.
- b) Direito de Asilo.
- c) Cônsules.

PONTO III

- a) Extradicação.
- b) Organização diplomática brasileira.
- c) Repressão da pirataria.

PONTO IV

- a) Justiça Internacional.
- b) Tratado: ratificação e execução.
- c) Mar territorial.

PONTO V

- a) Classificação dos Tratados.
- b) Diplomatas: imunidade de jurisdição.
- c) Intervenção no Direito Internacional Público

PONTO VI

- a) Costume internacional.
- b) Organização das Nações Unidas
- c) Extradicação: competência para determinar o caráter do delito

PONTO VII

- a) Interpretação do Tratado.
- b) Sistema dos mandatos e dos territórios tutelados
- c) A ONU e as convenções sobre refugiados, apátridas, co
brança de alimentos e sentenças arbitrais

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

PONTO I

- a) Direito Internacional Privado: definição, objeto e denominação.
- b) As normas do Direito Internacional Privado. estrutura e classificação.
- c) O elemento de conexão

PONTO II

- a) O princípio da ordem pública em Direito Internacional Privado.

- b) Os chamados "Conflitos de Leis" no espaço.
- c) O domicílio, como elemento de conexão.

PONTO III

- a) Fontes do Direito Internacional Privado.
- b) Regime das pessoas jurídicas no Direito Internacional Privado.
- c) A nacionalidade, como elemento de conexão.

PONTO IV

- a) A fraude a lei no Direito Internacional Privado.
- b) Conflitos de dupla nacionalidade.
- c) "Lex rei sitae".

PONTO V

- a) Teoria do retorno ou devolução.
- b) Aplicação extraterritorial da lei.
- c) A regra "locus regit actum".

PONTO VI

- a) Limitações a aplicabilidade da lei estrangeira competente.
- b) Critérios do Direito Internacional Privado invocáveis no domínio do Direito Marítimo.
- c) Homologação de sentença estrangeira.

DIREITO DO TRABALHO

PONTO I

- a) Fontes do Direito do Trabalho.
- b) Aviso prévio, Natureza do aviso prévio pago ao empregado (CLT, art. 487, § 1º).
- c) Princípios gerais que informam o Processo Judiciário do Trabalho.

PONTO II

- a) Contrato individual de trabalho: conceito, requisitos para sua validade e efeitos.
- b) Sindicatos: natureza jurídica e atribuições.
- c) Das nulidades no processo trabalhista.

PONTO III

- a) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- b) Paralisação temporária ou definitiva do trabalho em decorrência de "factum principis".
- c) Das exceções no processo trabalhista.

PONTO IV

- a) Estabilidade.
- b) 13º salário.
- c) Inquérito para apuração de falta grave.

PONTO V

- a) Classificação do contrato individual de trabalho, quanto à forma, a duração, a forma de remuneração e a estabilidade da prestação.

- b) Salário-família.
- c) Dos recursos no processo trabalhista.

PONTO VI

- a) Justas causas de despedida do empregado.
- b) Salário e remuneração.
- c) Ações do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

PONTO VII

- a) Reintegração do empregado estável
- b) Correção monetária dos débitos de natureza trabalhista
- c) Embargos a execução no processo trabalhista

PONTO VIII

- a) Relação de emprego: sujeitos.
- b) Despedida indireta: causas e consequências jurídicas.
- c) Da execução por prestações sucessivas, no processo trabalhista

PONTO IX

- a) Alteração do contrato individual de trabalho
- b) Trabalho extraordinário, noturno, perigoso e insalubre.
- c) Embargos de Divergência, perante o Tribunal Federal de Recursos, na reclamações previstas no art. 110 da Constituição.

PONTO X

- a) Força Maior no Direito do Trabalho.
- b) Férias: direito do empregado, duração e remuneração.
- c) Recurso Ordinário, no processo trabalhista.

PONTO XI

- a) Rescisão do contrato de trabalho: culpa recíproca.
- b) Acidente do trabalho e moléstia profissional
- c) Recurso de Revista e as reclamações trabalhistas do art. 110 da Constituição.

PONTO XII

- a) Rescisão unilateral do contrato de trabalho, pelo empregador, sem justa causa. Consequências jurídicas.
- b) Lei Orgânica da Previdência Social: segurados, dependentes e benefícios.
- c) Dos dissídios coletivos, no Processo Judiciário do Trabalho.

CUMPRA-SE

PUBLIQUE-SE

REGISTRE-SE

Brasília, 17 de abril de 1975

MINISTRO MÁRCIO RIBEIRO
PRESIDENTE